

“Memórias sensíveis, contramemórias e patrimônios incômodos: políticas e narrativas”

Lilian Alves Gomes¹
Jaqueline de Oliveira e Silva²
Patrícia Lânes³

“Salve o navegante negro. Que tem por monumento as pedras pisadas do cais.” Nestes versos da música “O mestre sala dos mares” (1975), os compositores Aldir Blanc e João Bosco nos lembram que os personagens de “lutas inglórias” nem sempre são lembrados com estátuas. A canção homenageia João Cândido Felisberto (1880-1969), militar da Marinha de Guerra do Brasil. O samba faz referência ao seu protagonismo na Revolta da Chibata (1910), motim em que marinheiros protestaram pedindo a abolição dos castigos corporais na Marinha.

A fotografia da capa deste número da Wamon foi produzida em um evento de reinauguração da estátua de João Cândido no Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 2022, que integrou as comemorações do Mês da Consciência Negra e de aniversário da Revolta da Chibata. O monumento em homenagem ao “Almirante Negro” havia sido originalmente instalado nos jardins do Museu da República, antigo Palácio do Catete, em 2007. Em 20 de novembro de 2008 a estátua foi transferida para o centro da cidade do Rio de Janeiro, na Praça XV, em frente à Baía da Guanabara, local onde os revoltosos realizaram seus ataques durante a Revolta da Chibata.

Como é amplamente sabido, o centro do Rio de Janeiro passou por diversas transformações

¹ Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - PPGSP/IUPERJ/UCAM. E-mail: <lilian.gomes@candidomendes.edu.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1659-7425>.

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Consultora na área de povos e comunidades tradicionais e patrimônio cultural. E-mail: <jaqueoliveiraesilva@gmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6478-3118>.

³ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora de pós-doutorado Capes/Faperj no Programa de Pós-Graduação em História da Arte da UERJ (PPGHA/ UERJ). E-mail: <patricialanes77@gmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7916-1840>.

ao longo do tempo, resultando na segregação social e espacial da população negra. No passado, cortiços e favelas foram removidos para tornar a cidade mais europeia, enquanto projetos de modernização posteriores reforçaram o processo de branqueamento da área central. As intervenções realizadas para as Olimpíadas de 2016 seguiram essa mesma tendência. A implantação de uma estação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) praticamente diante da estátua de João Cândido criou uma barreira de acesso e visualização do monumento.

O centro da Praça, entretanto, continuou marcado por um imenso monumento em homenagem ao imperador Dom João VI, representado em seu cavalo.

Integrantes do movimento negro pressionaram o poder público para que a estátua de João Cândido fosse removida do local onde foi invisibilizada. A solução foi a reinstalação do monumento na Praça Marechal Âncora, que fica a trezentos metros da Praça XV. A estátua ganhou uma nova base, mais baixa, para tornar a figura do homenageado mais interativa. Foi instalada de frente, bem próxima ao mar e ao local onde funcionava o mercado de peixes onde João Cândido trabalhou após sair da prisão. Antes encurralado e praticamente encoberto por uma estrutura de mobiliário urbano, o monumento a João Cândido agora saúda o mar e conta com grande espaço livre ao seu redor.

O périplo da estátua é significativo de processos de invisibilização dos poucos monumentos dedicados a personalidades não brancas presentes no espaço público das cidades brasileiras. Em nosso país, como já destacamos (Gomes, 2024a; Gomes, 2024b; Gomes & Lânes, 2024; Lânes & Gomes, 2024; Lânes & Gomes, 2021), é importante ressaltar que a discussão sobre monumentos não pode se limitar às ações de contestação de estátuas de figuras opressoras. Afinal, monumentos dão corpo a elementos das religiões afro-brasileiras, personalidades do movimento negro, indígenas e integrantes de movimentos sociais são alvo frequente de ataques. Enquanto o debate sobre a preservação inquestionável de estátuas como patrimônio artístico e histórico ganha espaço na mídia, a mesma atenção não é dada às dificuldades enfrentadas na criação e manutenção dos

poucos monumentos dedicados a grupos marginalizados, os quais muitas vezes sofrem depredações e descaso.

A mirada para os monumentos revela a centralidade da branquitude na construção da memória e identidade nacional em países colonizados (Lincopi e Vasquez, 2021). Tal identidade é forjada com a criação de uma memória pretensamente comum a todos. No Brasil, esse processo ganhou contornos institucionais durante as reformas estatais da década de 1930, quando foram criadas as primeiras estruturas administrativas voltadas para a seleção e preservação de bens considerados de interesse coletivo. Nesse contexto, nasce em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Inspirado em modelos europeus do século XIX, o órgão estabeleceu critérios de tombamento que privilegiavam a arquitetura colonial e o barroco, elevando-os ao topo de uma hierarquia de valores patrimoniais. Essa abordagem, marcadamente eurocêntrica, atribuía um valor intrínseco aos bens, identificado por especialistas – sobretudo arquitetos – a partir de perspectivas estéticas específicas.

As ideias em torno do patrimônio que se consolidaram nesse período buscaram perpetuar uma visão seletiva da história, naturalizando a exclusão de referências africanas, indígenas e populares. A década de 1930, marcada pela reordenação do Estado brasileiro – do governo constitucional ao regime autoritário de 1937 –, foi decisiva para essa reconfiguração. As políticas culturais então implementadas serviram não apenas à centralização do poder, mas também à consolidação de uma memória nacional que reforçava hierarquias raciais e sociais. Assim, o patrimônio tornou-se um instrumento de legitimação de uma identidade nacional branca e europeizada, em detrimento das múltiplas narrativas que compõem a história do Brasil.

Neste contexto, o Ministério da Educação e Saúde que abrigava o SPHAN, sob a liderança

de Gustavo Capanema entre 1934 e 1945, teve papel de destaque. Márcia Chuva (2009) aponta que o período inicial de atuação do SPHAN foi o mais significativo na construção e disseminação de uma imagem sobre o patrimônio histórico e artístico nacional e sua gestão, sem que houvesse alterações nos critérios e na tipologia dos bens tombados por muitos anos. De acordo com Paula Porta (2012), essa imagem esteve “estritamente voltada à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial”.

A partir dos anos 1970, com a reorientação da prática da preservação dos patrimônios culturais implementada pelo Estado desde 1937, a noção de “referência cultural” se torna uma marca de uma nova postura em relação à noção de patrimônio histórico e artístico, na medida em que abre espaço privilegiado para o patrimônio cultural até então não consagrado. As referências culturais de grupos historicamente subalternizados e invisibilizados começam a ser reconhecidas nos textos legais como objetos de direitos (Fonseca, 2003).

A ampliação do campo do patrimônio passa pela apropriação da noção por grupos sociais organizados, revelando-se como uma categoria de múltiplos significados, cujas interpretações locais frequentemente entram em tensão com as definições jurídico-institucionais. Essa divergência não apenas expõe visões distintas sobre o que deve ser preservado, mas também estratégias de luta muitas vezes antagônicas: enquanto o Estado privilegia certos bens materiais e narrativas, movimentos sociais e outros sujeitos reivindicam a valorização de saberes tradicionais, territórios sagrados e, como destacamos na chamada para este dossiê, memórias marginalizadas.

Se, por um lado, autores apontam para uma inflação global das políticas de memória, pesquisas como as de Menezes Neto e Soliva (2023) revelam que certas narrativas — como as LGBTQIA+ — ficaram à margem desse processo, apesar da produção histórica de materialidades significativas por parte dessa comunidade. A Unesco, desde os anos 1990, reconhece “lugares de memória traumática” – como Auschwitz e Robben Island –, como parte essencial da história

global. No Brasil, esse paradigma ecoou na patrimonialização de sítios como o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, que materializa a violência da escravidão. Como destacam Roberta Guimarães e João Paulo Castro (2023), essa mudança não foi apenas simbólica: ao classificar o Valongo como “sítio arqueológico de memória sensível”, o Estado brasileiro (tardiamente) admitiu a necessidade de confrontar passados dolorosos, ainda que sob críticas pela instrumentalização política desses processos.

A patrimonialização de memórias traumáticas emergiu como um processo complexo que tensiona questionamentos sobre como nomear os agentes da violência e comunicar a dor pública. Tais debates são tradicionalmente associados às discussões sobre o Holocausto, as ditaduras latino-americanas e aos processos de reconciliação pós-apartheid. Enfatizamos a necessidade de visibilizar as ações mobilizadas pela denúncia do caráter estrutural da violência, protagonizada pelas populações silenciadas pelo colonialismo nos países da América Latina (González, 1987). Ao trazermos para o centro do debate as experiências que nos mostram outras agências e protagonistas na dinâmica de preservação e esquecimento, também procuramos desvelar a contradição entre os discursos institucionais de reparação e as práticas persistentes de invisibilização. A questão que permanece é: quem define o que merece ser lembrado – e sob quais termos?

Memórias sensíveis, como lembra Assmann (2011), não se resumem a eventos passados, mas são processos dinâmicos de negociação entre silêncio e fala, onde a dor é simultaneamente individual e coletiva. No contexto brasileiro, marcado pelo mito da democracia racial, essa negociação é ainda mais urgente, pois o trauma da escravidão e do apagamento indígena persistem na materialidade das cidades e na ausência de monumentos. O debate é, no entanto, mais complexo. A transformação de traumas em monumentos, memoriais e outros elementos pode servir a uma ‘economia da expiação’, onde gestos simbólicos substituem mudanças estruturais. A urgência das disputas e debates em torno das memórias coloniais no espaço público precisa estar articulada,

portanto, ao debate político sobre como enfrentar os efeitos múltiplos e ainda presentes da violência em nossas sociedades.

Mais do que a filiação a uma categorização de adjetivação de memórias (e, por extensão, de passados, acervos, monumentos etc.) como “sensíveis”, “traumáticas”, “incômodas” ou “difíceis”, importa-nos analisar como são agenciadas, isto é, como operam na prática social. A propósito do que propõe José Reginaldo Gonçalves (2009) para a categoria “patrimônio”, não as entendemos como entidades, mas como atividades. Tratam-se, assim, de uma forma de ação cujas consequências precisam ser interrogadas. Seus usos estão em permanente disputa, e seus significados variam conforme os contextos sociais em que são mobilizados. Nessa perspectiva, monumentos, arquivos ou rituais não são meros depositários de memórias dolorosas, mas *operações* que ativam (ou silenciam) conflitos no presente.

Assim, para além das políticas de patrimonialização, trazemos neste Dossiê análises que visam desestabilizar a memória coletiva estabelecida e dar visibilidade a outras perspectivas. Nesse sentido, monumentos, memoriais, acervos e outros elementos tradicionalmente vinculados à celebração de uma memória nacional conciliatória podem ser vistos como “suportes para a contramemória” (Gomes e Lânes, 2024). O prefixo “contra” demarca a disputa de sentidos e a desestabilização de narrativas presentes na memória coletiva ou nos cânones históricos. A contramemória, conforme elaborada por Michel Foucault (2021), configura-se como uma prática crítica que desestabiliza as temporalidades hegemônicas e suas formas de produção do saber político. Mais do que um simples conceito, trata-se de uma posição epistemológica radical que se materializa na contra-história (FOUCAULT, 2005) - uma insurgência tanto estética quanto política contra as narrativas monumentais e os discursos épicos do poder.

A confrontação de estruturas de poder, violência e memória, como propõe Jota Mombaça (2021) requer uma resposta ético-política à violência estrutural (colonial, racial, de gênero etc.).

A artista e pensadora discute a contra violência não como uma forma de reprodução da violência, mas como meio de desmontá-la por meio de ações que subvertem sua lógica. Nessa direção, corpos marginalizados (negros, indígenas, trans) podem “desobedecer” à violência esperada (como a reação ao racismo) criando formas de resistência que não replicam a opressão, mas a desestabilizam.

Nelson Maldonado Torres (2007) afirma que o colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Já a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Se a colonialidade não se limita à ocupação territorial, mas se estende ao controle das estruturas de conhecimento, das práticas culturais, e das relações de poder que moldam as identidades e a subjetividade das populações subjugadas. No caso da América Latina, a colonialidade está profundamente entrelaçada com a imposição de uma visão de mundo eurocêntrica, que deslegitima e marginaliza os saberes, culturas e epistemologias locais, especialmente aquelas dos povos indígenas e afrodescendentes.

A crítica decolonial, então, propõe uma descolonização não apenas dos territórios físicos, mas também dos saberes (colonialidade do saber), das estruturas de poder (colonialidade do poder), e das formas de pensar e de ser (colonialidade do ser), buscando recuperar e legitimar os conhecimentos e as práticas que foram marginalizados pela modernidade colonial, suscitando debates sobre quem detém o poder de definir o que deve ser lembrado, como essa memória deve ser construída e por quem, expondo as estratégias utilizadas para contestar narrativas que

frequentemente celebram personagens brancos e masculinos como os principais artífices da história nacional.

Nesta perspectiva, a história não se escreve a partir dos vitoriosos, mas através das múltiplas resistências à dominação. Os sujeitos dessas narrativas alternativas emergem não como figuras passivas, mas como atores políticos que ressignificam seu lugar no espaço público, frequentemente por meio de expressões artísticas que desafiam as lógicas consagradas de memorialização. Aqui, a arte transforma-se em arma de desmontagem do arquivo oficial, criando novas topografias do possível na esfera da memória coletiva.

Alguns artigos do presente Dossiê dialogam abertamente com essa perspectiva. Em “Arte e resistência no Chile durante o Estallido Social: a contestação da herança autoritária no espaço público”, Tereza Maria Spyer Dulci analisa as manifestações populares ocorridas no país entre 2019 e 2020. Tais mobilizações expressaram lutas contra desigualdades estruturais e heranças autoritárias, especialmente o legado da ditadura de Pinochet e o neoliberalismo. Nesse movimento, manifestações artísticas como grafites, murais e intervenções em monumentos históricos emergiram como formas de resistência no espaço público, ressignificando símbolos nacionais e amplificando vozes marginalizadas, como indígenas, feministas e anticapitalistas. Essas ações contribuíram para uma construção de memória coletiva crítica e desafiaram narrativas oficiais, evidenciando o papel da arte na luta por transformação social e na contestação ao poder. Apesar das promessas de mudança e dos esforços constituintes, o movimento enfrentou obstáculos políticos, resultando em um cenário de estagnação, mas deixando um impacto duradouro na sociedade chilena e na percepção das questões de direitos e democracia.

Já em “Narrativas patrimoniais e disputa pela memória coletiva através da pichação no Forte dos Reis Magos em Natal” (RN), Juliette Scarlet Galvão Aires Santos analisa a disputa pela memória do Forte dos Reis Magos em Natal, especialmente em relação à sua história e às

diferentes interpretações sobre sua importância. O trabalho destaca a recente pichação contra o Marco Temporal das terras indígenas no local, que gerou controvérsia e manifestações públicas, refletindo as diversas percepções sociais, políticas e históricas relacionadas ao espaço e ao seu lugar de patrimônio. Além disso, discute como intervenções, como a pichação, podem ser formas de comunicação de setores marginalizados e de contestação das narrativas oficiais, envolvendo questões de memória, patrimônio e os conflitos políticos atuais sobre o território indígena e a história colonial.

Este Dossiê acolhe ainda trabalhos que interrogam não apenas o que é exibido ou dito, mas o que se cala – os vazios e as pausas que estruturam narrativas sobre o que deve ser lembrado e esquecido, como o artigo “Lá vem os negros de Curral de Fora”. Nele, Manuel Amoedo Malvar Neto mergulha nos silêncios sedimentados da comunidade quilombola de Curral de Fora, em Água Fria, Bahia, onde a história não está em documentos, mas no gesto de tecer palha, no samba que resiste à evangelização, no medo ancestral que precede a palavra. Por meio de uma análise das memórias e identidades das pessoas que lá moram, o texto explora como a comunidade foi reconhecida legalmente como quilombola em 2013 e como, em 2023, foi contemplada com a produção de um documentário sobre sua história. Através disso, o artigo revela os desafios e as complexidades envolvidas na construção da identidade cultural e da memória coletiva de Curral de Fora. A comunidade enfrenta ameaças externas, como a compra de terras por fazendeiros, que dificultam o acesso a matérias-primas essenciais para o artesanato. O texto discute, ainda, como as práticas culturais, como o samba e o artesanato, são ressignificadas e transmitidas de geração em geração, apesar dos traumas históricos e dos silêncios dos mais velhos.

A discussão sobre os silêncios também se faz presente no artigo “Os muros que guardam histórias: Cemitério das Polacas de Cubatão (SP)”. Synthia Alves explora um espaço de memória negligenciado, revelando como um cemitério judaico tornou-se depositário de narrativas

silenciadas sobre migração, prostituição e resistência cultural no Brasil do século XX. Focado no Cemitério Israelita de Cubatão — popularmente conhecido como “Cemitério das Polacas” por abrigar mulheres judias traficadas pela máfia *Zwi Migdal* —, o estudo demonstra como a marginalização dessas mulheres se estendeu até a morte, com a exclusão de cemitérios judaicos tradicionais. Por meio de uma análise que articula arqueologia da morte, antropologia social e estudos de memória, o artigo desvela as estratégias de sobrevivência simbólica desse grupo, que criou sua própria irmandade funerária para garantir ritos religiosos e um espaço de descanso. A pesquisa compreende ainda o processo de tombamento do cemitério em 2010, tensionando as noções de patrimônio ao expor contradições entre a preservação institucional e o apagamento histórico das trajetórias dessas mulheres.

A discussão da materialização de contramemórias em paisagens funerárias prossegue no artigo “Espaços sagrados e de memória: os antigos cemitérios indígenas de Manaus (AM)”. O estudo de Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa revela como a fundação da cidade se sobrepôs a necrópoles ancestrais, transformando-as em praças e monumentos coloniais — como a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, erguida sobre um cemitério indígena no século XVII. Por meio de fontes arqueológicas, relatos de viajantes e documentos históricos, o artigo expõe o apagamento sistemático desses espaços sagrados, onde gerações de povos Manau, Baré e Tarumã sepultaram seus mortos. A pesquisa destaca a resistência indígena contemporânea, como a criação do memorial ‘Aldeia da Memória Indígena’ na Praça Dom Pedro II (2021), que ressignifica um local outrora profanado por pelotões militares que marchavam sobre urnas funerárias durante o século XIX. Ao articular arqueologia, história e lutas por reparação, o texto demonstra como os cemitérios indígenas de Manaus desafiam a memória oficial, revelando não apenas violências passadas, mas a persistência de cosmologias indígenas que resistem à colonialidade do espaço urbano.

Já a resenha “Onde estão seus álbuns de família?”: a foto como monumento-memória em

Para Nunca Esquecer” traz a análise de Manoel Nogueira Maia Neto sobre a obra de Rodrigo Lopes Costa. Os álbuns de família — longe de serem meros repositórios afetivos — operam como monumentos domésticos que cristalizam hierarquias de raça, gênero e sexualidade. Ao bordar frases violentas (‘Ele num é doido de ser viado’) sobre fotos, Rodrigo Lopes Costa não apenas expõe a violência estrutural inscrita nos rituais familiares, mas reescreve o arquivo íntimo. A resenha enfatiza que a fotografia é também um campo de batalha: o que se mostra (ou se rasga) nos versos das imagens revela os regimes de visibilidade que governam corpos dissidentes.

Este dossiê nasce das reflexões coletivas impulsionadas pelo Grupo de Trabalho (GT) homônimo, criado por Lilian Alves Gomes, Patrícia Lânes e Jaqueline de Oliveira e Silva para a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) em Niterói (2023) e ampliado na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) em Belo Horizonte (2024), com o ingresso de Hugo Menezes Neto, Larissa Guimarães e Milton Ribeiro. O GT, que terá nova edição na RAM de Salvador (2025), tem se constituído como espaço crítico para o debate sobre narrativas patrimoniais hegemônicas, reunindo pesquisadoras/es de diferentes regiões do Brasil e da América Latina.

A proposta deste dossiê emergiu das inquietações que motivaram a criação do GT e das provocações que os encontros promovidos por ele trouxeram à tona. Nesta ocasião, tiveram lugar discussões acerca do que significa pensar em patrimônio nos dias de hoje, mas também o debate acerca da memória coletiva e as reflexões que dela derivam em relação com as pessoas, objetos, linguagens e lugares que a produzem, incluindo conflitos e conciliações presentes em seu processo de construção, especialmente quando se trata de memórias sensíveis, difíceis e traumáticas. Entre as questões que nos mobilizam estão: quais são os objetos, corpos e gestos performados em estratégias de contestação de narrativas patrimoniais hegemônicas? Como a interpelação mútua entre a rua e a arte movimenta processos de luta pela descolonização do espaço urbano? Como iniciativas de ativismos diversos agenciam a memória em seus repertórios de mobilização? Quais

concepções de tempo estão em jogo nessa mobilização? Como nomear os agentes da violência sem reproduzir suas narrativas? Como comunicar a dor pública sem transformá-la em espetáculo?

A partir dessas indagações e das reflexões sobre as fissuras possíveis da memória oficial presentes neste Dossiê, esperamos fomentar reflexões diversas. Se os artigos deste número não tratam diretamente de reparação, as discussões aqui reunidas apontam para sua urgência. A descolonização do espaço público não se esgota na crítica aos monumentos ou na visibilização de narrativas silenciadas e exige gestos concretos de justiça social.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. EM: BARRIO, Angel Espina; GOMES, Mario Helio; MOTTA, Antonio (Organizadores). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. [Congresso Internacional de Inovação Cultural, Patrimônio e Educação. Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2008] 1ª ed. Recife-Brasília: Massangana-Ministério da Educação. 2010.

ARANTES, Antônio Augusto. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação - Formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Lilian Alves (a). From Stone to Seed: Objects and Counter-memory Activism in Brazil amidst Anticolonial Demonumentalizations. *Politologija*, 2024/2, vol. 114, pp. 55–80.

GOMES, Lilian Alves (b). Encruzilhadas de memórias sensíveis: ações de toponímia crítica nas ruas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. EM: *Colóquio Internacional Imaginário: construir e habitar a terra: imaginários urbanos*. São Paulo: FAUUSP, pp. 405–412, 2024.

GOMES, Lilian Alves e LÂNES, Patrícia. Pedras no caminho do esquecimento: monumentos, ações desmonumentalizadoras e contramemoriais no espaço público. *Revista Entropia*, v. 8 n. 15, 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O Patrimônio como Categoria de Pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-34.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. EM: TERCEIRO CONGRESSO DE CULTURA NEGRA NAS AMÉRICAS, 3, 1982, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1982. p. 68-82.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; CASTRO, João Paulo Macedo. A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 2, p. 63–82, 2023.

LÂNES, Patrícia; GOMES, Lilian Alves. Marielle Franco: objetos-semente na luta por justiça e memória. EM: SANTOS, M. S. dos; FERNANDES, A. P. A.; CID, G. da S. V. (Orgs.). *Lugares de Memórias Difíceis no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

LÂNES, Patrícia; GOMES, Lilian Alves. Rua Marielle Franco e Beco Eduardo de Jesus: Toponímia Urbana e Conflitos de Memória no Rio de Janeiro. EM: BEZERRA, D. B.; MARCHI, D. de M.; VINASCO, I. C. B.; CASTRO, J. A. B.; TISSOT, K. N.; OLIVEIRA, P. C. (orgs.) *Memória coletiva: entre lugares, conflitos e virtualidade*. Porto Alegre, Pelotas: Casalettras, PPGMP/UFPel, 2021.

LINCOPI, Cláudio Alvarado; VÁSQUEZ, Ivette Quezada. Derribar, substituir y saturar. Monumentos, blanquitud y descolonización. *Corpus - Archivos virtuales de la alteridad americana*, v. 11, n. 1. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. EM: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFÖGEL, Ramón. *El giro decolonial - reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Patrimônios LGBTQIA+: tensões e disputas no campo patrimonial. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (19): 17-32, janeiro a abril de 2022.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Brasília: IPHAN, p. 51, 2012.